

**UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E
DA REGIÃO DO PANTANAL – UNIDERP**

**MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM PRODUÇÃO E
GESTÃO AGROINDUSTRIAL**

MARILETH PORTELA DE MATOS

**DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA PRODUÇÃO
AGROPECUÁRIA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS LAGOA
GRANDE E AMPARO NO MUNICÍPIO DE DOURADOS MATO
GROSSO DO SUL**

**CAMPO GRANDE – MS
2007**

MARILETH PORTELA DE MATOS

**DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
NOS ASSENTAMENTOS RURAIS LAGOA GRANDE E AMPARO NO
MUNICÍPIO DE DOURADOS MATO GROSSO DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em nível de Mestrado Profissionalizante em Produção e Gestão Agroindustrial da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Produção e Gestão Agroindustrial.

Comitê de Orientação:
Prof^ª. Dr^ª. Adriana Paula D' Agostini
Contreiras Rodrigues
Prof. Dr. Ademir Kleber Morbeck de
Oliveira
Prof. Dr. Fernando César Bauer

**CAMPO GRANDE – MS
2007**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UNIDERP

S855e

Matos, Marileth Portela de.

Diagnóstico sócio-econômico da produção agropecuária nos assentamentos rurais Lagoa Grande e Amparo no Município de Dourados Mato Grosso do Sul / Marileth Portela de Matos. -- Campo Grande, 2007. 51f. : il. color.

Dissertação (mestrado) - Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, 2007.

“Orientação: Profª. Drª. Adriana Paula D’ Agostini Contreiras Rodrigues”.

1. Reforma agrária. 2. Assentamento. 3. Agricultura Familiar. I. Título.

CDD 21.ed. 333.31

FOLHA DE APROVAÇÃO

Candidata: **Marileth Portela de Matos**

Dissertação defendida e aprovada em 19 de dezembro de 2007 pela Banca Examinadora:

Profa. Doutora **Adriana Paula D'Agostini Contreiras Rodrigues (Orientadora)**

Profa. Doutora **Denise Renata Pedrinho (UNIDERP)**

Prof. Doutor **Valdemir Antônio Laura (UNIDERP)**

Prof. Doutor **Francisco de Assis Rolim Pereira**
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Produção e Gestão Agroindustrial

Prof. Doutor **Raimundo Martins Filho**
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UNIDERP

Primeiramente a Deus, por ter transmitido-me saúde e sabedoria para vencer os obstáculos.

A minha mãezinha que sempre fez e faz além dos limites por seus filhos. Mãe eu te amo... E Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Apesar de redigida de forma individual, as contribuições recebidas para a realização desta pesquisa foram inúmeras. Desse modo, torna-se necessário trazer a tona os mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que a nossa reflexão pudesse tomar corpo.

A Deus, por conceder-me esse pequeno, mas grandioso dom que é a vida, a inteligência suprema causa primária de todas as coisas, soberamente justo e bom, onde sua sabedoria providencial nas leis divinas se revela nas menores coisas, sabedoria esta que não nos permite duvidar da sua justiça nem da sua bondade. Obrigada por mais esta obra.

A orientadora Prof^a. Dr^a.Adriana Paula D' Agostini Contreiras Rodrigues, pela liberdade proporcionada na escolha dos caminhos da pesquisa, bem como na confiança depositada nos resultados deste trabalho e principalmente pela força e incentivo desde os primeiros passos desta trajetória, não só por me ensinar os caminhos da pesquisa e da construção do conhecimento, como também, pela convivência e incentivo, enfim, por me ajudar a superar meus desafios e por me fazer acreditar que chegar lá era possível. A você Adriana deixo meu carinho, minha admiração e minha eterna gratidão.

Gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Valdemir Antônio Laura e Prof. Dr. Ademir Kleber Morbeck de Oliveira que de forma muito especial dispuseram de seus conhecimentos e sabedoria para a realização deste trabalho, e que em nenhum momento mediram esforços e paciência para me ajudar.

Em especial aos meus pais Izaura Portela de Matos e Ramão Vieira de Matos (*in memorian*), pois sem eles eu não existiria para realizar este trabalho e não teria o conjunto de valores que me fizeram abraçá-lo. Muito obrigada.

Ao meu filho Thiago Portela da Silva que, além de ser um filho maravilhoso é um amigo de todas as horas e que com carinho e paciência soube compreender

as minhas ausências e dessa forma me forneceu condições necessárias para que algum dia, finalmente, se coloque um ponto final nesta etapa percorrida.

De forma muito especial, gostaria de agradecer ao meu namorado Omar Osman Gebara que sempre tão amigo e prestativo, em nenhum momento economizou carinho, amor, compreensão e paciência para comigo ao longo desta trajetória e pelo partilhar de angústias e otimismo nos momentos difíceis. A você meu amor um grande beijo e muito obrigada.

Agradeço a toda minha família que de maneira direta ou indireta, com gestos ou palavras, estimularam-me a continuar na busca do conhecimento.

Aos meus irmãos que sempre estiveram presentes no meu dia-a-dia, dando-me forças nas horas mais difíceis desta caminhada, e principalmente aos meus irmãos Wilmar Portela Matos e Elizabete Matos que sempre acreditaram em meus propósitos e me ajudaram muito com suas palavras de incentivo e de carinho, se dispondo a me ajudar no que fosse preciso. Muito obrigada.

Por esta razão gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que estiveram, física e emocionalmente, ao meu lado nestes últimos anos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	06
ABSTRACT.....	07
1. INTRODUÇÃO.....	08
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	12
2.1 Reforma agrária.....	12
2.2 Histórico da reforma agrária.....	14
2.2.1 A Reforma agrária do Governo Lula.....	15
2.3 Potencial da reforma agrária.....	16
2.4 Reforma agrária e desenvolvimento sustentável X crescimento agrário.....	17
2.5 Assentamentos rurais.....	18
2.5.1 Reforma agrária no Estado de Mato Grosso do Sul.....	19
2.5.2 Organização da produção e do trabalho nos assentamentos da reforma agrária.....	19
3. MATERIAL E MÉTODOS.....	21
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
4.1 Fatores Sociais.....	25
4.2 Fatores econômicos.....	27
4.3 Fatores de produção.....	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
6. CONCLUSÕES.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
ANEXOS.....	48

RESUMO

A polêmica causada pela reforma agrária nos últimos anos é discutida no cenário nacional entre políticos, fazendeiros, líderes sindicais, economistas e pesquisadores. Porém esse debate crescente a respeito da reforma agrária no desenvolvimento brasileiro, no que se refere à geração de emprego e renda, segurança alimentar e o desenvolvimento local, são causados pelo aumento do número de agricultores assentados com a prática da agricultura familiar, que é considerada como instrumento norteador capaz de fornecer os meios para a exploração de potencialidades e superação de obstáculos estruturais do pequeno produtor rural, ensejando a possibilidade de uma inserção na economia de mercado e da solução de graves problemas sociais nos assentamentos. Assim, neste trabalho teve-se por objetivo avaliar o perfil sócio-econômico dos assentamentos Amparo e Lagoa Grande, localizados em Dourados/MS, através do diagnóstico dos fatores sociais, econômicos e produtivos. Para a realização da pesquisa foram aplicados questionários *in loco* e entrevistas semi-estruturadas, junto a noventa e dois produtores dos assentamentos Lagoa Grande e Amparo, pertencentes ao Município de Dourados, nos meses de agosto e setembro de 2007. Esses questionamentos permitiram concluir que: Nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande a grande maioria dos integrantes são oriundos de Dourados-MS, da zona urbana e não da zona rural, ou seja, sem vínculo direto com a terra; Uma pequena parte dos recursos obtidos pelos financiamentos fornecidos pelos órgãos governamentais é utilizada para aquisição de gado leiteiro; A principal atividade de subsistência das famílias assentadas é a bovinocultura de leite; Referente à renda obtida na propriedade constatou-se que existe uma composição através de prestação de serviços, aposentadoria e comercialização de leite; Existem outras fontes de renda que não são advindas dos lotes, demonstrando que os assentamentos não conseguem dar sustentação para seus integrantes; As criações e produções agropecuárias têm como finalidade a alimentação das famílias assentadas e o excedente é comercializado para integrar a renda dos assentados.

Palavras-Chave: Reforma agrária, assentamento, agricultura familiar.

ABSTRACT

The controversy caused by the agrarian reform in recent years is discussed in the national scene among politicians, farmers, union leaders, economists and researchers. But this growing debate about the agrarian reform in the development of Brazil, in the generation of employment and income, food security and local development, are caused by the increase in the number of farmers settlers with the practice of familiar agriculture, which is seen as guiding instrument capable of providing the means for the exploration of potential and overcoming structural barriers of small rural producers, wishing the possibility of integration into the market economy, and solution of serious social problems in the rural land settlements. Thus, the aim in this work was to evaluate the socio-economic profile of the settlements Amparo and Lagoa Grande, located in Dourados/Brazil, from the diagnosis of social, economic and productive factors. In this research were applied questionnaires *in loco* and semi-structured interviews, with ninety-two settlers of the Lagoa Grande and Amparo settlements, located in the county of Dourados, in the months of August and September 2007. These questions led us to conclude that: In settlement Amparo and Lagoa Grande the great majority of members are from Dourados, and from the village and not the rural area, or without direct link with the land; A small part of the resources obtained by funding provided by government organizations is used for the purchase dairy cattle; The main activity of livelihood of families settled is the dairy cattle to milk production; Regardless of income obtained in the rural property noted that there is a composition by means of services, resources of retirement and marketing of milk; There are other sources of income that are not from the rural property, demonstrating that the settlements can not provide, by themselves, support for their members; The animal and agricultural productions are intended to feed the families who settled and the surplus is sold to integrate the income of settlers.

Key-Words: Agrarian reform, settlement, familiar agriculture.

1. INTRODUÇÃO

A reforma agrária tem sido um tema bastante polêmico, e muito discutido no cenário nacional entre políticos, fazendeiros, líderes sindicais, economistas e pesquisadores. Tanta polêmica pode ser porque a reforma no campo sempre foi considerada mais como um meio de reduzir tensões sociais do que como uma saída para o crescimento econômico do país (PROBLEMAS BRASILEIROS, 1997).

O debate crescente nos últimos anos sobre o papel da reforma agrária no desenvolvimento brasileiro, principalmente no que diz respeito à geração de emprego e renda, a segurança alimentar e o desenvolvimento local, é causado pelo aumento do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que refletem e alimentam este debate na sociedade (GUANZIROLI, 2000). A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (WANDERLEY, 1999).

É amplamente reconhecido que a agricultura familiar, além de ser economicamente viável, tem a vantagem, comparativamente às grandes propriedades rurais, de apresentar maior produtividade da terra e assegurar a preservação ambiental. Mesmo não sendo esta uma opinião unânime, sua importância merece o reconhecimento do governo brasileiro por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) responsável pela agricultura familiar (GUANZIROLI, 2000).

Porém, no Brasil a agricultura familiar conhece uma marginalização histórica considerável, tendo sido durante muito tempo relegada ao segundo plano e até mesmo esquecida pelas políticas públicas. Tal fato pode ser observado desde a época da colonização, cujo modelo de propriedade agrícola,

era baseado na grande exploração mono cultural de exportação, estando assim os recursos priorizados para o favorecimento desta (WANDERLEY, 1999).

De acordo com Teixeira (2000), uma política de garantia de renda melhoraria a distribuição de renda no setor agrícola e asseguraria rentabilidade estável aos produtores, uma vez que eliminaria o risco de renda negativa na atividade. Assim, essa política impulsionaria a adoção de tecnologia e aumentaria a participação da agricultura familiar nos setores de insumo, produto e trabalho.

Carmo (2000) afirma que a agricultura familiar emerge aliada ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), como instrumento norteador capaz de fornecer os meios para a exploração de potencialidades e superação de obstáculos estruturais do pequeno produtor rural, ensejando a possibilidade de uma inserção na economia de mercado e de solução de graves problemas sociais.

Segundo Wanderley (1999), os agricultores familiares são portadores de uma tradição, tanto no trabalho com a terra, quanto em seu modo de vida. Tal tradição inclui uma relativa autonomia, e uma organização que compreende, dentre outros aspectos, o trabalho da família na propriedade; a produção de alimentos para consumo próprio, a produção destinada ao mercado; e uma forma de sociabilidade centrada nas comunidades rurais.

Assim, a agricultura familiar é entendida, neste estudo, como aquela que combina propriedade da terra, com uma mão-de-obra familiar, e que se organiza, em torno da família, por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a reprodução da unidade familiar e de produção e a permanência do patrimônio (TEDESCO, 1999).

A terra tem um significado especial para os agricultores, de tal modo que, mesmo havendo a possibilidade de se manter, de progredir, através do exercício de atividades não agrícolas na unidade doméstica, e fora dela, a terra não perde seu sentido, continua sendo à base do patrimônio familiar sobre a qual se constrói a família e o trabalho. Apesar das restrições ao funcionamento da agricultura familiar no Brasil, dentre as quais se pode destacar o próprio acesso à terra, ou ainda, a fragilidade no acesso a recursos financeiros, além do modelo de modernização conservadora a que foi submetida, esta vem sendo considerada um setor de grande importância social e econômica para o país (WANDERLEY, 1999).

Desde os anos 1990, tem-se observado um crescente interesse pela produção agrícola familiar. Tal interesse se materializou em políticas públicas, como a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados (INCRA, 2007).

Guanziroli (2000) explica que a agricultura familiar é hoje, de grande importância para essa revalorização do meio rural, uma vez que tem demonstrado ser possível unir a eficiência econômica com a “eficiência social”, contribuindo para construção de melhores condições de vida, pois incorporam em sua gênese, atributos, cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais. Ela também está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente vinculada à monocultura, que gera grandes vazios populacionais.

Deve-se ter claro que a agricultura familiar não é um segmento homogêneo, mas um universo extremamente diversificado em sua composição. Apesar da lógica de reprodução das unidades de produção familiar ser essencialmente a mesma, o nível em que opera esta lógica, as expectativas e a própria dinâmica subjacente às práticas adotadas pelas famílias rurais, revelam diferenças marcantes. É em decorrência da capacidade de adaptação às situações próprias de cada uma delas – por exemplo: lugar, clima, cultura, tamanho da família e da propriedade, tradição com a terra etc.- que tais unidades vão definir as suas estratégias de produção e reprodução (MARTINS, 2002).

No Brasil, há uma grande dificuldade estrutural de empregos e renda nos setores de serviços, comércio e indústrias, sobretudo para pessoas com baixa qualificação. Esse fato tem sido utilizado como argumento para reforçar a importância da agricultura familiar como alternativa de emprego. Os esforços para a sua consolidação, entretanto, podem ser prejudicados se a viabilidade econômica do segmento não se confirmar. A ampliação do número de projetos de assentamentos (PA's), e a viabilização destes passa a ser a principal

prioridade para o êxito da reforma agrária e para a concretização de seus objetivos (FERNANDES, 1997).

Neste contexto existe a necessidade de se elaborarem estratégias que dêem condições aos agricultores assentados uma maior ênfase à agricultura familiar para criar novas formas organizacionais, e desta maneira alcançar uma articulação dinâmica com os mercados (MARTINS, 2002).

Além das vantagens econômicas e sociais que a agricultura familiar pode proporcionar nos assentamentos, ela também desenvolve potencialidades, e uma diversificação na produção agrícola, partindo do pressuposto que o mesmo tenha condições de dar sustentação econômica para as famílias ali assentadas, visando atingir melhores resultados. Desse modo, a pesquisa que deu origem a esta dissertação, teve como objetivo a discussão acerca de:

- 1) Avaliar o perfil Sócio-Econômico dos assentamentos, através de fatores sociais, econômicos e produtivos.
- 2) Identificar quais são as produções de subsistências e se as mesmas dão sustentação aos assentamentos;
- 3) Identificar a existência de auxílios governamentais para produção e escoamento da produção.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Reforma Agrária

Para Ferreira (1995) a reforma agrária é a revisão, por diversos processos de execução, das relações jurídicas e econômicas dos que detêm e trabalham a propriedade rural, com o objetivo de modificar a situação atual do domínio e posse da terra e a distribuição da renda agrícola.

A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (MARTINS, 2002).

Barraclough (1992) conceitua Reforma Agrária como uma mudança em larga escala na estrutura agrária e especialmente na estrutura da posse da terra, resultando em significativo acesso a terra, a insumos, mercados, crédito, assistência técnica e correlatos, assim como melhor controle destes fatores, por grupos formados de antigos trabalhadores sem terra, pequenos proprietários, posseiros, servos e outros, em detrimento dos donos de terra e seus associados. Ou seja, a reforma agrária é primeiramente um conceito político útil à descrição de rápidas, profundas e maciças mudanças nas relações de poder entre as classes sociais rurais, no sentido de uma maior participação popular nas decisões sobre a produção e distribuição dos benefícios.

Por outro lado, Nunes (2003) enfatiza que é necessário reconhecer que a reforma agrária é um processo amplo, complexo e, por vezes, bastante contraditório no que se refere aos resultados efetivamente conseguidos. Não se pode, no entanto, negar os esforços de órgãos ligados aos governos federal, estadual e municipal, além de Ongs, do Movimento Sem Terra, dentre outros, para viabilizar políticas mais consistentes, uma vez que se sabe que essa é uma discussão que ainda levará algum tempo para ser equacionada.

Essa polêmica levou a questionar a própria expressão “Reforma Agrária”. O que significava esse rótulo? Toda e qualquer Reforma Agrária seria sempre má? Ou sempre boa? Para esclarecer bem essa posição, Oliveira, (1996) escreveu: “Esta designação genérica (reforma agrária) tem servido de rótulo a sugestões ou projetos muito diversos em seus objetivos e no espírito que os anima. Assim, pode-se falar de uma reforma agrária sadia, que constitua autêntico progresso, em harmonia com nossa tradição cristã. Mas também se pode falar de uma reforma agrária revolucionária, e esquerdista, posta em desacordo com esta tradição. Com efeito, propriedade e família são instituições correlatas e fundadas nos mesmos princípios”. E que o agro-reformismo que impôs ao Brasil – é daqueles que golpeiam a fundo a propriedade privada.

Desse modo, procurar compreender a questão agrária coloca um turbilhão que pode ser representado segundo enunciado de (MARTINS, 2002) “Na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”. Evidente que a questão agrária não é um enigma. Sua compreensão é possível, desde que seja analisada na sua essência, sem subterfúgios, reconhecendo e revelando os seus limites em um campo de possibilidades que exige uma postura objetiva nas tomadas de decisão no tratamento da questão agrária.

Oliveira (1996) afirma ainda que a questão agrária derrota os políticos que se comprometem resolvê-la, vence os religiosos que crêem no seu fim, atropela indiferente os cientistas que tentam afirmar sua inexistência. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital.

Por essa razão, a questão agrária gera continuamente conflitualidade. Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital (OLIVEIRA, 1991).

2.2 Histórico da Reforma Agrária

Desde que surgiram os primeiros movimentos sociais de luta pela terra, como as Ligas Camponesas em 1945, a questão agrária tem sido um dos maiores desafios para os governantes no Brasil. A estrutura agrária brasileira tem raízes num Brasil Colonial que se desenvolveu a partir da grande propriedade, do latifúndio. O sistema de capitânicas hereditárias, que permitia aos súditos da Coroa Portuguesa a exploração econômica da terra, e o regime de sesmarias, que entregava grandes porções de terras a quem se dispusesse a explorá-las, foram determinantes para a concentração fundiária verificada no País (ALMEIDA, 1998).

Desde os primórdios do Brasil Colônia se arrasta uma problemática que envolve a reforma agrária, e posteriormente, nos ciclos da cana-de-açúcar, café e algodão, pautando as políticas sociais do Brasil: a distribuição da terra para poucos de forma centralizada no campo, não solucionado até a presente data. A reforma agrária é considerada uma alternativa eficiente para gerar empregos às classes menos favorecidas do campo, sendo de importância vital para geração de renda familiar e da agricultura familiar (NUNES, 2003).

Barraclough (1992) cita que na década de 1960, as pressões dos agricultores sem terra, minifundiários e da opinião pública conseguiram incluir a reforma agrária entre as prioridades do Governo. Os esforços daí decorrentes, no entanto, tiveram pouco efeito.

Pessoa (2002) afirma ainda que mesmo com a criação da Superintendência de Política Agrária, em 1962, a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, a criação do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 1970, e os vários programas de desenvolvimento implementados, persistiram as pressões por uma reforma agrária justa e efetiva. Esse cenário mudou decididamente, a partir de 1995, em função de um conjunto de iniciativas do governo, com o trabalhador tendo acesso a terra numa escala nunca antes vista no Brasil e sem paralelo no mundo em países democráticos. Além disso, em conexão com a distribuição de terras, a agricultura familiar passou a ser apoiada numa escala igualmente sem precedentes, tornando-se a principal aliada da reforma agrária e do pequeno produtor.

Porém, para Loureiro (1995) a reforma agrária não pode ser concebida de modo a criar um exército de agricultores dependentes (de subsídios) do governo para a sua existência. É essencial dar independência econômica aos assentamentos integrando-os ao resto da economia. Neste caminho, os programas do governo têm se tornado mais e mais parecidos com as políticas tradicionais de crédito rural, apenas adaptada ao tamanho e à natureza jurídica dos assentamentos. Sem dúvida, é um novo e realmente revolucionário capítulo nesta velha história.

2.2.1 A reforma agrária no governo Lula

Graziano (2006), afirma que ao contrário da expectativa geral, o governo Lula freou fortemente o ritmo dos assentamentos rurais, ao mesmo tempo em que pareciam aumentar as invasões de terras e os conflitos fundiários. Segundo o Incra (2007), 32 mil famílias foram atendidas em 2003, mas esse número inclui a substituição de lotes vagos em assentamentos antigos. Além das dificuldades financeiras, vários indicadores mostram a dificuldade prática de se arrecadarem novas terras através do processo das desapropriações. As terras ociosas, ou já foram desapropriadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, ou se transformaram, felizmente, em fazendas produtivas, aproveitando o ciclo de expansão recente da agropecuária. No final de 2003, o governo federal divulgou o segundo PNRA (Programa Nacional da Reforma Agrária). Ficou estabelecida a meta de 400 mil famílias a serem assentadas, além dos demais programas de regularização, titulação e outros. O custo de cada família a ser assentada está estimado em R\$ 31.000,00 significando um dispêndio total, até o fim do governo, de R\$ 12,4 bilhões apenas nos novos assentamentos. Em 2004, o ritmo dos assentamentos manteve-se reduzido.

Romeiro (2005) conceitua que a segunda revolução tecnológica, verificada nos últimos oito anos, expandiu a produção para novas fronteiras e elevou a produtividade em todas as regiões, para todos os produtos, em qualquer tamanho da área. Com isso, o custo das desapropriações de terras mais que dobrou no país, dificultando prosseguir no distributivismo agrário. Estima-se que o custo para cada família assentada esteja ao redor de R\$ 50.000,00 para terras distantes, de baixa qualidade ou cobertas com vegetação.

Graziano (2006) afirma que essa situação impulsionou o governo federal para seguir o caminho da reforma agrária considerada "de mercado", ou seja, adquirindo terras através de negociação, pelo processo de compra e venda. Criticado fortemente pelos maiores defensores do velho modelo distributivista, que enxergam na desapropriação a melhor forma de penalizar o "latifúndio", o governo Lula entrega-se à realidade. Sem terras para desapropriar, o caminho que resta será a compra direta de fazendas, mesmo que produtivas. O mais recente negócio acabou sendo realizado com a fazenda Itamaraty pertencente ao empresário Olacir de Moraes. Em 2001 o Incra adquiriu metade da Fazenda Itamaraty, elaborando um projeto de assentamento para 1.140 famílias. Em 2003 arrematou o restante, atendendo mais 1.700 famílias de sem-terra. Foram 25,5 mil hectares adquiridos no Mato Grosso do Sul, ao custo de R\$ 165 milhões. Cada família assentada custará aos cofres públicos R\$ 80,5 mil, somente pela compra da terra, fora as demais despesas de implantação do assentamento. No final, cada assentado custará R\$ 100.000,00.

Graziano (2006) afirma ainda que a reforma agrária transformou-se, assim, na mais onerosa política social do governo, apresentando uma relação custo-benefício elevadíssima. No caso do assentamento Itamaraty, o custo-equivalente seriam 32 anos remunerando uma família com um salário-mínimo mensal. Trata-se de um projeto insuportável para a Nação (GRAZIANO, 2006).

2.3 Potencial da Reforma Agrária

Para Almeida (1998) estudos demonstram que todos os países hoje chamados de desenvolvidos realizaram, em algum momento de sua história, alterações em suas estruturas fundiárias, resolvendo problemas causados por distorções semelhantes às existentes no Brasil. Em outras palavras: a concentração de terras, de poder e de oportunidades de acesso às possibilidades de realização humana, que o desenvolvimento das sociedades oferece, foi enfrentada, com sucesso, a partir de reformas na estrutura agrária, em todos os países do globo que hoje são considerados desenvolvidos. Associada as outras medidas à reforma agrária, viabilizando distribuição mais equilibrada da terra e da população (mão-de-obra), permitiram criar, nos países desenvolvidos, condições

de trabalho que, além de ampliar a produção e o consumo interno, multiplicaram o número de famílias cujas decisões produtivas, em seu conjunto, determinaram os rumos seguidos por aquelas sociedades.

Almeida (1998) afirma ainda que com isso, nos países desenvolvidos, o poder decisório, a capacidade de influência sobre os governos locais, as alianças de interesses etc., foram se concentrando em determinadas atividades, cujos proveitos se expandiram para além de suas fronteiras, formando o que hoje chamamos de economia globalizada, onde padrões de produção e consumo são definidos conforme o interesse dos países ricos e são adotados por todos, em todo o planeta. Essa abordagem simplificada ilustra o fato de que a reforma agrária constitui instrumento tão poderoso que, aplicado a alguns pontos do globo, contribuiu fortemente para a definição da história do homem.

Para Evenson (2003) as bases permitidas por esse instrumento geraram resultados que poderiam ser utilizados de várias maneiras e que, na forma particular adotada, privilegiaram aspectos de rentabilidade econômica. Embora conduzidas de diferentes maneiras, nas diferentes épocas e nos diferentes ambientes, todas as reformas agrárias, levaram à expansão no número de ocupações produtivas no meio rural, à consolidação de tecidos sociais articulados, à melhoria das condições de vida, à ampliação dos investimentos públicos nas áreas sociais, à modernização das legislações, ao fortalecimento dos direitos do cidadão comum, à autonomia cultural e à dinamização econômica das regiões onde ocorreram. Em todos os casos estes resultados se associam à expansão e consolidação de modelos de propriedades semelhantes as que se chamam de uma forma genérica, como "agricultura familiar", onde se incluem os pequenos agricultores e os assentados.

2.4 Reforma Agrária, Desenvolvimento Sustentável x Crescimento Agrário

O desenvolvimento sustentável sendo visto como um processo que preconiza a reorientação de uso dos recursos naturais, da tecnologia, de investimento, das instituições e das leis, adoção de novos valores nos quais prevalece à equidade, à justiça e à vida, faz com que a noção de desenvolvimento

humaniza-se e passa a ser preocupação com as futuras gerações (GIANANTI, 1998).

A reforma agrária, freqüentemente aparece associada à pobreza e à miséria, mais uma vez, os arautos da anti-reforma a sacramentarem os pobres, os excluídos de tudo, a permanecerem onde estão. Entretanto, a distribuição da renda, da riqueza e do poder são condições indispensáveis para o desenvolvimento sustentável com justiça social em qualquer país do mundo. Uma sociedade que não se empenha em gerar renda, produzir alimentos para o seu povo, proteger os seus recursos naturais, dentre outros aspectos, não pode ser considerada moderna, desenvolvida e justa (PESSOA, 2002).

Segundo Vollet (2006), terem ocorrido graves problemas sócio-ambientais nas últimas décadas, em escala global, fez eclodir uma intensa mobilização de países desenvolvidos e em desenvolvimento, no sentido de rever os caminhos e valores assumidos pela moderna sociedade industrial.

Vollet (2006) assegura ainda que o desenvolvimento sustentável teve origem no conceito de eco-desenvolvimento e foi usado pela primeira vez em 1973, para caracterizar uma concepção alternativa de desenvolvimento.

O desenvolvimento rural, sob essa ótica, representa uma tentativa de ir além da modernização técnico-produtiva, apresentando-se como uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares que buscam sua reprodução. O modelo não é mais o do agricultor-empresário, mas o do agricultor-camponês que domina tecnologias e toma decisões sobre o modo de produzir e trabalhar (SCHNEIDER, 2003).

2.5 Assentamentos Rurais

O processo da Reforma Agrária começa quando o Estado faz a concessão de uso de uma gleba de terra, cujo tamanho varia conforme a região, a um pretendente para que a cultive. Ao conjunto de lotes numa determinada área dá-se o nome de assentamento e o beneficiário é chamado de assentado (VEIGA, 1981).

Da instalação do assentamento à sua implantação, o INCRA prevê 18 meses de duração. Nesse período, os assentados recebem créditos referentes à alimentação, fomento agropecuário e habitação (INCRA, 2007).

No Brasil, a discussão sobre a organização econômica e social nos assentamentos de reforma agrária tem sido atualmente, objeto de preocupações de vários segmentos e atores sociais, governamentais ou não. Tanto os assentamentos como as diversas modalidades de cooperação e de cooperativas que ali se constituem têm sido vistas como fenômenos sociais importantes surgidos na década de 1990, pela potencialidade que possuem de contribuir para gerar emprego e renda e solucionar os problemas relacionados à pobreza e à exclusão social (BOGO, 1999).

2.5.1 Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul

A implantação da reforma agrária no Estado de Mato Grosso do Sul transformou o Estado em pioneiro, porque iniciou, na década de 40, no governo de Getúlio Vargas, ao criar as colônias agrícolas de Dourados e Vargas, então Sul do Estado de Mato Grosso, com preocupações referentes à questão geopolítica de ocupação do território do Estado. Porém, o atual projeto da reforma agrária, iniciou-se na década de 80, sendo que por volta de 1985 começaram os acampamentos que conseqüentemente resultaram em assentamentos nos Municípios de Itaquiraí e Novo Horizonte do Sul, respectivamente, e seguidos de uma sucessão de novos acampamentos que foram se estabelecendo e reivindicando áreas dentro do contexto da reforma agrária, no Estado (INCRA 2007).

2.5.2 Organização da produção e do trabalho nos assentamentos de reforma agrária

Estudo desenvolvido pela FAO/INCRA (1998), em dez assentamentos considerados mais desenvolvidos e, em dez outros, considerados menos desenvolvidos, identificou os principais fatores potencializadores do desenvolvimento que são nesta ordem: a presença de crédito; o quadro natural e a organização do seu uso; o entorno produtivo e/ou consumidor; a organização da produção e a assistência técnica. A organização política e o apoio institucional (infra-estrutura produtiva e de serviços) atuam tanto na melhoria das condições

sociais dos assentados, como também contribuem para potencializar os sistemas produtivos (AZEVEDO, 2007).

Os principais fatores limitantes ao desenvolvimento dos assentamentos encontrados pelo estudo são em ordem de importância: o quadro natural; a infraestrutura deficiente, principalmente em relação à falta ou precariedade das estradas internas e de acesso; falta de assistência técnica e a inexistência de organizações produtivas e políticas entre os assentados. A falta e/ou demora no acesso aos créditos e a infra-estrutura básica relacionada à reforma agrária (saúde, educação, habitação e energia elétrica) que interferem negativamente tanto na perspectiva de obtenção de renda bem como na qualidade de vida dos assentados (AZEVEDO, 2007).

Ainda Stédile (2006) complementa que dentro desse panorama, a organização da produção e do trabalho assume importante papel para o desenvolvimento de um assentamento. Onde existe maior organização política dos assentados, foi garantido um melhor acesso às políticas públicas sociais e produtivas. Do mesmo modo, nos assentamentos analisados, onde havia falta de organização política, isto resultou em baixa capacidade de interlocução com os diversos órgãos públicos, bem como na falta de organização produtiva, o que poderia permitir uma utilização mais racional dos investimentos e na potencialização dos sistemas produtivos. O mesmo estudo da FAO/INCRA constatou que há maior destinação de recursos para a reforma agrária para os assentamentos considerados como os de maior potencial de desenvolvimento. Esta prioridade é justificada pela relação custo/benefício, em uma situação de escassez de recursos frente à demanda total dos assentamentos. Os de maior potencial de desenvolvimento são os que possuem melhores quadros naturais, conseguem dar contrapartida ao apoio governamental e são ligados a movimentos sociais que aceleram a organização produtiva.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa com levantamentos de dados junto as famílias dos Assentamentos Amparo e Lagoa Grande, situados em uma antiga fazenda de criação de bovinos de forma intensiva (Figura 1 e 2).

Assentamento Amparo

O Projeto de Assentamento Amparo, com uma área de 1.126,89 hectares, foi dividido em 67 lotes, apresentando uma área média que varia de 15 a 29 hectares, localizado no Distrito de Itahum, Município de Dourados – MS (Figura 2), distante aproximadamente 300 km da capital do Estado, 65 km da sede do Município e 15 km do Distrito. Foi entregue aos assentados no dia 31 de Outubro de 1997.

Assentamento Lagoa Grande

O Projeto de Assentamento Lagoa Grande, com uma área de 4.111,42 hectares, foi dividido em 151 lotes, apresentando uma área média que varia de 20 a 30 hectares, localizado no Distrito de Itahum, Município de Dourados – MS (Figura 2), distante aproximadamente 280 km da capital do Estado, 65 km da sede do Município e 0,1 km do Distrito. Foi entregue aos assentados no dia 27 de março de 1997.

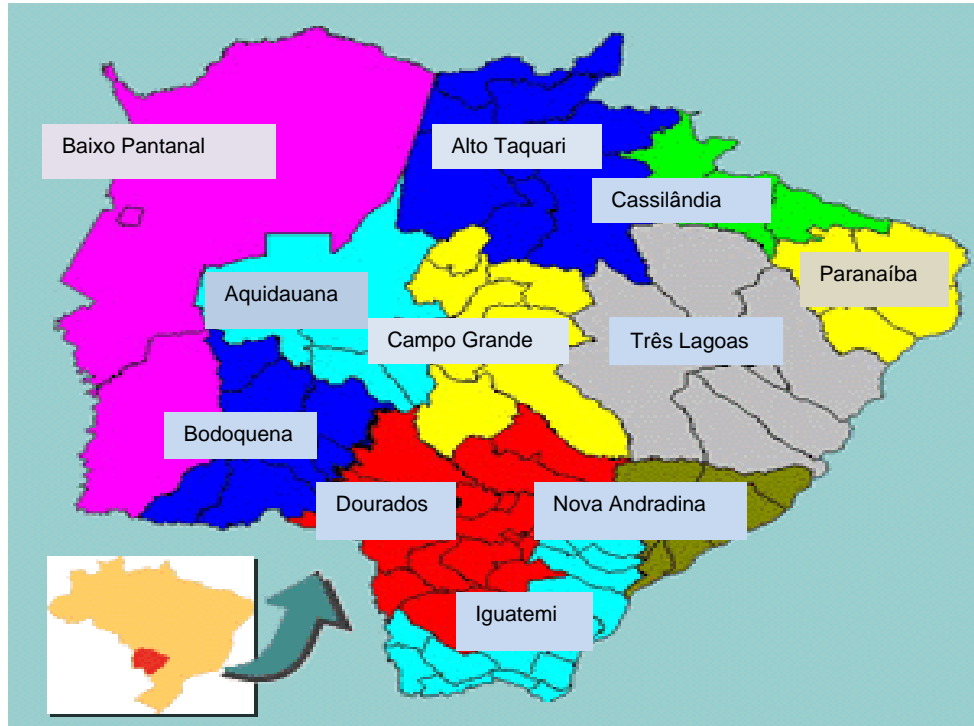


Figura 1 – Localização do Município de Dourados – MS.

Região da Grande Dourados	Dourados, Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Laguna Carapã, Maracajú, Nova Alvorada do Sul, Itahum.
---------------------------	---

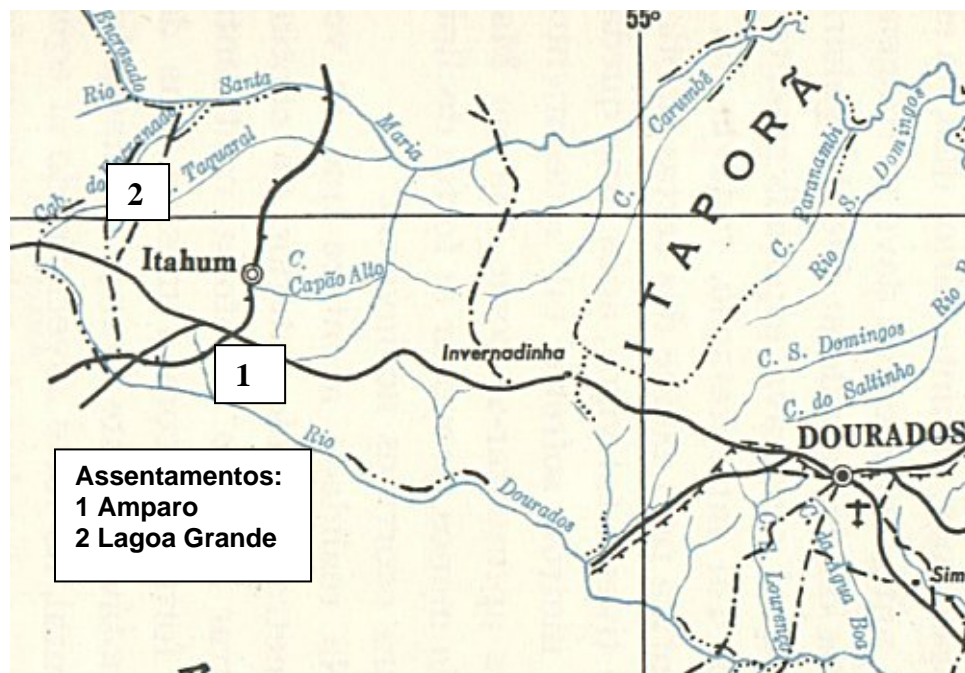


Figura 2 – Localização dos assentamentos rurais Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados – MS.

A pesquisa foi dividida em duas etapas, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Segundo Cervo e Bervian (1976), a pesquisa “é o meio de informação por excelência”, e se constitui na coleta de informações para fundamentação teórica. Nesta etapa foi realizado um amplo levantamento bibliográfico sobre as diferentes estruturas envolvidas na Reforma agrária, assentamento e agricultura familiar.

Na pesquisa de campo, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionários (Anexo A) aplicados *in loco* em 92 propriedades, somente para os proprietários ou responsáveis pelos lotes residentes nos assentamentos.

Após a identificação de uma população de 218 famílias residentes nos lotes dos assentamentos (Amparo e Lagoa Grande), foram selecionados aleatoriamente 92 produtores em dois extratos de 34 famílias residentes no assentamento Amparo e 58 famílias no assentamento Lagoa Grande. Esses extratos foram obtidos através da distribuição, considerando-se o número de famílias residentes em cada assentamento, em estudo, que são de 218 famílias, em um universo de população finita. A população amostral foi identificada através de cadastros obtidos no escritório municipal da AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural).

Conhecendo o número de lotes destes assentamentos, utilizou-se um cálculo de amostragem, considerando a variável nominal e a população finita, com nível de confiança e erro amostral de 10%. O cálculo utilizado (FONSECA e MARTINS, 1993), foi:

$$n = \frac{Z^2 \hat{p}\hat{q}N}{d^2(N-1) + Z^2 \hat{p}\hat{q}}$$

Onde:

n = números de elementos da amostra;

N = número de elementos da população

Z = abscissa da curva normal padrão, fixado a um nível de confiança de 95%. Para esse nível de confiança considera-se, $z = 1,96$;

\hat{p} = estimativa da verdadeira proporção de um dos níveis da variável escolhida;

$$\hat{q} = 1 - \hat{p};$$

d = erro amostral, expresso em decimais (máxima diferença que o pesquisador).

Admite-se suportar entre p^{\wedge} q^{\wedge}

Sendo:

$$N = 218$$

$$z = 1,96$$

$$p^{\wedge} = 0,50$$

$$q^{\wedge} = 0,50$$

$$d = 0,10 \text{ (10\%)}$$

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Fatores Sociais

Em relação à origem dos assentados pode-se constatar que parte dos integrantes do assentamento Amparo (Tabela 1), são oriundos de cidades próximas a Dourados, e a grande maioria, ou seja, 68% é da cidade de Dourados/MS. Já no assentamento Lagoa Grande (Tabela 1), os assentados também são oriundos das cidades próximas e 50% é da cidade de Dourados/MS. Estas informações indicam que existe uma tendência de ocupação dos lotes oferecidos por pessoas da própria região e que são poucos os assentados que vem de outros Estados ou locais do Estado.

TABELA 1 – Origem das famílias dos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Cidades	Assentamentos	
	Amparo	Lagoa Grande
Itaporã	5%	6%
Maracajú	9%	6%
Novo Horizonte do Sul	5%	6%
Bataiporã	9%	4%
Douradina	4%	9%
Dourados	68%	50%
Itahum	-	8%
Glória de Dourados	-	6%
Nova Andradina	-	5%

No assentamento Amparo dentre as 34 propriedades, 20 dos entrevistados tem como integrantes pessoas do sexo masculino e 14 entrevistados têm como integrantes pessoas do sexo feminino (Tabela 2). Já no assentamento Lagoa Grande dentre as 58 propriedades sorteados para pesquisa, 36 são integrantes do sexo masculino e 22 são integrantes do sexo feminino. Pode-se constatar que, mesmo nas atividades consideradas restritas aos homens, as mulheres no campo constituem-se de forma bastante representativa, indicando a ocupação de uma área de trabalho normalmente associada ao sexo masculino, e que elas executam no seu cotidiano, com uma força individual de trabalho, pois além das lidas domésticas, contribuem diretamente nas atividades relacionadas às explorações agropecuárias.

Em relação a faixa etária pode-se observar que independente do assentamento, os integrantes masculinos e femininos possuem uma faixa etária equivalente, onde a média de idade dos homens é de 47 anos e das mulheres 42 anos (Tabela 2).

TABELA 2 – Composição familiar e faixa etária dos proprietários entrevistados nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Assentamentos	Gênero Masculino	Gênero Feminino	Total
	Faixa etária-média	Faixa etária-média	
Amparo	20	14	34
	47 anos	42 anos	
Lagoa Grande	36	22	58
	47 anos	42 anos	

Verifica-se que os assentados encontram-se em uma faixa etária considerada produtiva. Porém a proximidade da faixa etária dos 50 anos (para sexo masculino) também pode indicar um envelhecimento desta população e num curto espaço de tempo (menos de 10 anos), dificuldades para o trabalho no campo, já que este tipo de serviço exige disposição física, devido ao trabalho braçal.

Caso estas famílias não tenham filhos que desejam ou continuem com o trabalho, poderá ocorrer um abandono produtivo das áreas.

A família padrão encontrada nos assentamentos é composta por um homem, uma mulher e dois filhos. Esta composição pode indicar que vai ocorrer uma continuidade no trabalho da gleba, com os filhos substituindo os pais. Porém se os mesmos casarem e tiverem seus próprios filhos, a mesma poderá não ser suficiente para sustentar todos os descendentes, levando estas pessoas para novos acampamentos ou para a cidade.

Em relação ao tempo de acampamento dos integrantes do assentamento Amparo a média foi de 23 meses, o que difere muito do tempo médio de acampamento do assentamento Lagoa Grande, onde os integrantes ficaram acampados 12 meses. A média de tempo de acampamento dos integrantes do assentamento Amparo foi 11 meses a mais do que na Lagoa Grande. No assentamento Lagoa Grande além do tempo de acampamento ter sido menor, as mulheres ficaram acampadas por um período maior do que os homens, seis meses a mais (12 meses), desta forma, marcando presença e garantindo espaço para aquisição dos lotes. O maior tempo do Amparo poderia estar ligado a falta de organização do grupo de acampados, resultando em falta de pressão no INCRA.

4.2 Fatores econômicos

Em relação à assistência técnica pode-se observar (Tabela 3), que 56% dos assentados no Amparo utilizam esse serviço, sendo que tal assistência é oferecida pelo Agraer (84%). Já no Lagoa Grande 62% dos assentados utilizam esse serviço, sendo 64% oferecido pelo Agraer, sendo este o órgão governamental que oferece assistência aos assentamentos. É importante ressaltar que para os produtores o órgão é ativo, cumprindo com eficiência a sua função.

Esta variável, aqui abordada está vinculada ao apoio que os agricultores familiares receberam das instituições competentes, para melhoria da produção até a comercialização dos produtos, tendo como objetivo a obtenção de uma maior produtividade. Hoffmann (2000), diz que é preciso a aquisição, geração, armazenamento e difusão do conhecimento, para fomentar a competitividade. Acrescenta ainda, que para competir com os setores mais intensivos em

conhecimento deve-se promover esforços por mudanças que agreguem valor nos ativos mais representativos, estes não raras vezes, de cunho intangível (elevação da qualificação pessoal).

TABELA 3 – Assistência técnica recebida pelos assentados e entidade que fornecem essa assistência nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Assentamentos	Sim	Não	Agraer
Amparo	56%	44%	84%
Lagoa Grande	62%	38%	64%

Com relação a participação dos assentados em cooperativa(s) observou-se que no assentamento Amparo (Tabela 4), 75% participam de cooperativas, sendo que dentre os participantes, 96% fazem parte da cooperativa do leite e 4% da associação dos moradores. Também indica (Tabela 4) que no assentamento Lagoa Grande 64% dos assentados participam de cooperativas. A participação é de 97% na cooperativa do leite e 3% da associação dos moradores. Essa participação bastante expressiva dos assentados na cooperativa do leite, se deve ao fato de que existe apenas uma (1) cooperativa para atender o assentamento. O índice de não participação em cooperativas é bastante representativo, sendo no Amparo é de 25% e no Lagoa Grande, 36%. Um dos motivos principais apontado pelos assentados, é que os mesmos não praticam atividade de bovinocultura de leite, e desta forma se sentem desmotivados a associarem-se, uma vez que a cooperativa atende principalmente os assentados que praticam atividade leiteira.

TABELA 4 – Composição da participação em cooperativas nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Assentamentos	Participação		Associação dos moradores	Cooperativa do leite
	Sim	Não		
Amparo	75%	25%	4%	96%
Lagoa Grande	64%	36%	3%	97%

Na tabela 5 apresenta o percentual dos assentados no Amparo que tiveram acesso a linhas de crédito (47%) disponibilizadas pelos órgãos governamentais. Desse percentual, pode-se identificar que o número de acessos disponíveis para esse assentamento foi de uma a quatro vezes (38%). Em relação a utilização e distribuição desses recursos (Tabela 6), 72% foram destinados para a compra de gado leiteiro, 11% para a lavoura, 11% para a construção das residências e 6% dos assentados disseram que não fizeram uso para nenhuma das alternativas apresentadas no questionário.

Também na Tabela 5, pode-se observar o percentual dos assentados no Lagoa Grande que tiveram acesso a linhas de crédito (62%) disponibilizadas pelos órgãos governamentais; com 6% tendo acesso de uma a quatro vezes.

TABELA 5 – Acesso a financiamento e quantidade de acessos nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Assentamentos	Acesso		Quantidade de acesso	
	Sim	Não	De 1 a 4 vezes	Nenhuma vez
Amparo	47%	53%	38%	62%
Lagoa Grande	62%	38%	6%	94%

Assim como no outro assentamento, pode-se observar que a maior parte, ou seja, 74% dos recursos foram destinados para a compra de gado leiteiro (Tabela 6), 4% para compra de insumos, 2% para compra de ovinos, 2% aquisição de tratores, 2% benfeitorias na propriedade, 2% aplicaram na lavoura, 12% na construção das residências e 2% também disseram que não fizeram uso do financiamento para nenhuma das alternativas apresentadas. É importante salientar que em ambos os assentamentos apenas parte dos recursos contraídos no financiamento foi utilizado para as produções agropecuárias, outra parte (23%), foi utilizado para finalidades alheias às atividades relacionadas à propriedade, como construção de casas ou outras aquisições pessoais.

Os recursos oriundos de financiamentos são disponíveis para ajudar nas atividades agrícolas, e o foco principal dos financiamentos deverá ser destinado

para as produções agropecuárias e a renda obtida dos recursos promovidos pelos financiamentos, esta sim poderá ser utilizada para benefícios próprios.

Nos dois assentamentos a maior parte (74%) do financiamento obtido foi destinada à atividade leiteira, que é a principal atividade exploratória.

Com relação à atividade leiteira, estima-se que exista no Brasil quase 1,3 milhão de propriedades rurais que produzem leite, envolvendo aproximadamente 2,36 milhões de pessoas com emprego não sazonal.

Mesmo tendo enfrentado quase 50 anos de tabelamento de preço, a atividade leiteira sempre representou uma importância sócio-econômica considerável para o País, já que garante a sobrevivência de um grande contingente de produtores rurais, principalmente das pequenas unidades de produção e nos assentamentos (GOMES, 1999).

TABELA 6 – Utilização dos recursos oriundos do financiamento nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Utilização dos recursos	Assentamento Amparo	Assentamento Lagoa Grande
Insumos	-	4%
Ovelha	-	2%
Trator	-	2%
Propriedade	-	2%
Lavoura	11%	2%
Gado leiteiro (bovinocultura)	72%	74%
Construção das residências	11%	12%
Nenhuma das alternativas	6%	2%

O Estado de Mato Grosso do Sul ocupa atualmente, o décimo primeiro lugar no *ranking* na produção de leite, com 447 milhões de litros/ano, o equivalente a 2% da produção nacional, (IBGE 2005).

Segundo Michels (2003), os técnicos da extinta EMPAER (Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul), com o objetivo de entender o movimento da atividade leiteira no Mato Grosso do Sul,

subdividiram o Estado em bacias leiteiras, adotando critérios das características dos produtores, se eram mais ou menos homogêneos no uso de tecnologia e o destino que era dado ao leite, da comercialização local ou da comercialização com outros Estados. Desta forma, têm-se as bacias do Cone Sul, Nova Andradina, Glória de Dourados, Dourados, Aquidauana e Campo Grande.

Diante do acima exposto, Dourados está entre as cidades que participam da bacia leiteira do Estado, justificando um dos motivos pelos quais os assentamentos Lagoa Grande e Amparo obtêm financiamentos e dispõem destes para a bovinocultura, outro motivo, provavelmente poderá ser a tradição regional ou até mesmo por aptidão.

É importante ressaltar que dentro do percentual dos assentados que não tem acesso a financiamento no assentamento Amparo (53%) e no Lagoa Grande (38%) existem os titulares que não possuem interesse, os que não conhecem a forma ou processo para obtenção de financiamento, e também os que não podem adquirir o financiamento por estarem em situação ilegal em relação à terra.

Em relação a outros benefícios fornecidos pelo governo federal (Tabela 7), pode-se observar que no assentamento Amparo 18 famílias assentadas recebem a bolsa família e 16 famílias assentados não recebem nenhum incentivo por parte do governo federal, estadual e municipal. Já no assentamento Lagoa Grande 33 famílias assentadas recebem o “bolsa família” e 25 não recebem nenhum tipo de incentivo.

TABELA 7 – Auxílio recebido pelas famílias nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Assentamentos	Nenhum	Bolsa família	Total
Amparo	16	18	34
Lagoa Grande	25	33	58

O número de propriedades que recebem auxílio, mais da metade em ambos os locais revela que após dez (10) anos de assentamento as famílias ainda continuam recebendo ajuda do governo, representando um quadro bastante negativo para a sociedade, pois através da liberação e captação desses recursos seria esperado que os mesmos pudessem garantir a sua sobrevivência,

demonstrando suas capacidades produtivas. É importante ressaltar que as famílias que não recebem incentivos tais como o “bolsa família” se deve ao fato de que os recursos advindos de dentro da propriedade são suficientes para dar sustentação aos seus moradores.

No que se refere à complementação da renda nos assentamentos, constatou-se que existe uma composição (Tabela 8) para o assentamento Amparo, onde 66% não possuem nenhum outro tipo de atividade como fonte para complementação de renda, outros 14% realizam prestações de pequenos serviços para terceiros e 20% recebem aposentadoria. Já no assentamento Lagoa Grande 72% não possuem nenhum outro tipo de atividade como fonte para complementação da renda, 16% são oriundos de aposentadoria e 7% oriundos do comércio local e 5% realizam prestações de pequenos serviços para terceiros.

Essa composição mostra que, uma das estratégias de sobrevivência dos assentados baseia-se na combinação de diversas fontes de renda, inclusive do “bolsa família”, já mencionado anteriormente, demonstrando mais uma vez um quadro negativo, pois os mesmos estão ali assentados para produzir e dar sustentação as suas famílias, o que não ocorre nem mesmo quando realizam outras atividades.

TABELA 8 - Alternativas utilizadas para complementação de renda dos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Assentamentos	Aposentadoria	Prestação		Nenhuma Fonte
		de serviços	Comércio	
Amparo	20%	14%	-	66%
Lagoa Grande	16%	5%	7%	72%

Um dos fatores que provavelmente contribuiu para esta situação foram as poucas alternativas de renda existentes nos assentamentos, que significa muito pouco para os integrantes, principalmente para aqueles que possuem custos com financiamentos adquiridos, custos com a implantação dos assentamentos, custos com as despesas familiares e outras. Segundo Tedesco (1999), a agricultura familiar é entendida, como aquela que combina propriedade da terra, com mão-

de-obra familiar, e que se organiza, em torno da família, por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a reprodução da unidade familiar e de produção e a permanência do patrimônio, assegurando ainda que a tendência dos assentamentos seja promover a agricultura familiar para dar sustentação às famílias assentadas, e observa-se então que a agricultura familiar nos dois assentamentos pesquisados não está atingindo sua finalidade.

Em relação à variação de renda mensal, no assentamento Amparo (Tabela 9) para os integrantes do sexo masculino se apresentam na faixa de 1,14 salários mínimos e do sexo feminino, com 1,07 salários mínimos. No assentamento Lagoa Grande, a renda obtida entre integrantes do sexo masculino e feminino é igual, ou seja, de 1,38 salários mínimos. Estatisticamente homens e mulheres têm renda mensal igual obtida na propriedade, porém com uma pequena variação de renda entre os assentamentos.

TABELA 9 – Composição da renda mensal dos proprietários entrevistados nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Assentamentos	Gênero Masculino	Gênero Feminino	Média
Amparo	1,14 (salário mínimo)	1,07(salário mínimo)	2,21(sm)
Lagoa Grande	1,36 (salário mínimo)	1,38(salario mínimo)	2,74(sm)

4.3 Fatores de produção

A produção de origem vegetal se destaca (Tabela 10), no assentamento Amparo onde verificou-se que dos 34 entrevistados, 30 produzem hortaliças folhosas, 24 produzem frutas e nenhum produz outras hortaliças, enquanto no assentamento Lagoa Grande 55 também produzem hortaliças folhosas, 52 produzem frutas, 21 produzem outras hortaliças, indicando mais uma vez que esse assentamento é mais produtivo.

É importante ressaltar que em termos de alimentação balanceada e mais saudável, ambos os assentamentos têm um saldo positivo, pois os mesmos tem uma produção representativa de frutas e hortaliças, indicando que seus familiares provavelmente tem um hábito alimentar saudável e nutritivo.

TABELA 10 – Produção de subsistência de origem vegetal nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Produções	Assentamentos/ Integrantes	
	Amparo	Lagoa Grande
Hortaliças folhosas	30	55
Frutas	24	52
Outras hortaliças	00	21

Além das produções de origem vegetal, a produção de origem animal também tem sido bastante representativa na vida dos assentados. Na Figura 3A, pode-se observar que no assentamento Amparo, dentre os 34 entrevistados, 30 proprietários praticam a atividade leiteira. Após essa atividade, a plantação de mandioca (13), aparece como segunda opção. Verifica-se também, que nenhum assentado tem interesse pela cultura da soja ou tem condição de plantá-la.

No assentamento Lagoa Grande, dos 58 entrevistados, 50 praticam atividade leiteira (Figura 3B), 28 produzem mandioca, 30 produzem hortaliças e 18 produzem milho. De maneira geral, pode-se observar que nesse assentamento as atividades de subsistência são mais diversificadas, podendo então esse assentamento se confirmar como mais produtivo e sustentável. Observa-se também que em ambos assentamentos a cultura da mandioca é bem representativa, devido ao fato de ser uma cultura fácil de plantar, que produz em qualquer tipo de solo e clima, além de ser próprio da cultura sulmatogrossense o consumo da mesma em sua alimentação.

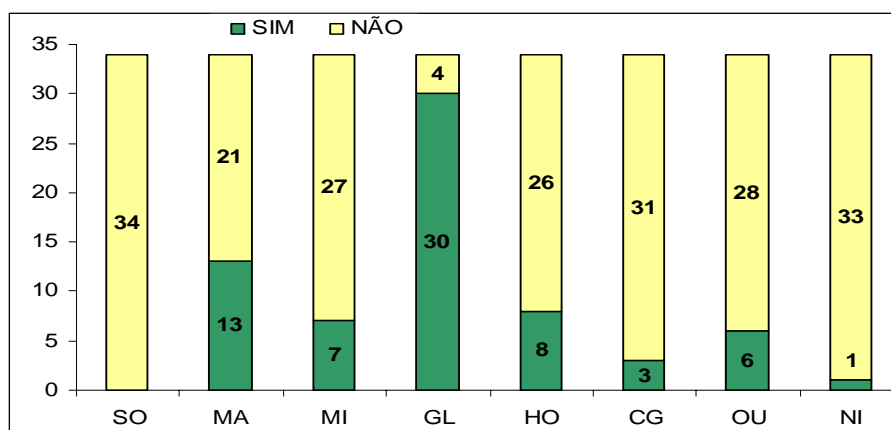


Figura 3A – Atividades de subsistência no assentamento Amparo em Dourados/MS. Legenda:

SO = Soja; MA = Mandioca; MI = Milho; GL = Gado leiteiro; HO = Hortaliças folhosas; CG = Gado corte; NI = Não informou.

Observa-se que nos dois assentamentos a atividade leiteira está em destaque. A grande maioria dos entrevistados se mostrou satisfeito com a prática da atividade leiteira devido aos prazos de pagamento, valor e escoamento da produção.

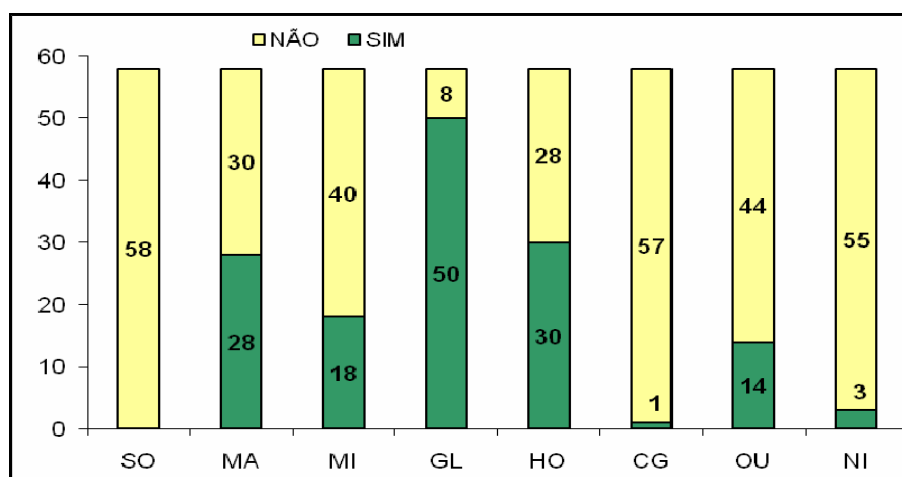


Figura 3B – Atividades de subsistência no assentamento Lagoa Grande em Dourados/MS. Legenda:

SO = Soja; MA=Mandioca; MI=Milho; GL=Gado leiteiro; HO=Hortaliças folhosas; CG=Gado corte; NI = Não informou.

Contudo, a falta de condições para transportar esse produto para a cidade mais próxima leva os produtores de leite à escolha da venda mais prática, que é a entrega do produto para os laticínios que se encarregam de fazer a coleta do leite nos assentamentos.

Com relação às criações de subsistência existentes no assentamento Amparo (Tabela 11) dos 34 integrantes entrevistados, 33 responderam que criam bovinos e aves, e que dessas criações (Tabela 12), 52% são destinadas ao consumo próprio, 44% vendem na cidade mais próxima e 4% comercializam dentro do próprio assentamento

No assentamento Lagoa Grande (Tabela 11), também constatou-se que dentre os 58 integrantes entrevistados, 55 possuem criação bovina e 57 criam aves; do total desses animais (Tabela 12), 42% são destinados para consumo próprio, 38% são comercializados na cidade mais próxima e 3% são comercializados dentro do próprio assentamento.

TABELA 11 – Criações de subsistência nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Criações	Assentamentos/Nº. integrantes	
	Amparo	Lagoa Grande
Caprinos	6	25
Suínos	24	47
Eqüinos	3	11
Piscicultura	1	1
Bovino	33	55
Aves	33	57

Observou-se que no assentamento Amparo e no Lagoa Grande aproximadamente metade (52% e 42%, respectivamente) das criações (Tabela 12), não é vendida, e sim para subsistência, indicando que o foco principal dessas criações é para o consumo dos familiares, assegurando uma alimentação variada, demonstrando mais uma vez a importância de se praticar a agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária.

TABELA 12 - Destino das criações nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/MS.

Destino das criações	Assentamentos	
	Amparo	Lagoa Grande
Não vende	52%	42%
Vende na cidade	44%	38%
Vende no assentamento	4%	3%
Não informou	-	17%

Com relação a quantidade de vacas leiteiras, no Assentamento Amparo (Tabela 13), o percentual de assentados que possui até 10 vacas é de 41%, entre 10 a 20 vacas, 21%, entre 20 a 30, 23%, entre 30 a 40, 6%, entre 40 a 50 nenhuma e 9% não informou. No assentamento Lagoa Grande (Tabela 13) esse índice é de 9% para aqueles que criam até 10 vacas, entre 10 a 20 vacas, 38%, entre 20 a 30 vacas, 35%, entre 30 a 40, 10%, de 40 a 50 vacas, 5% e 3% não informou. A maioria dos assentados possuem entre 10 a 20 vacas.

TABELA 13 – Composição da área/ha/quantidade de vacas por propriedade nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/ MS.

Assentamento/ Nº. de propriedades Entrevistadas	Área média (ha)	Quantidade de bovinos por propriedade					
		Até 10	Entre 10-20	Entre 20-30	Entre 30-40	Entre 40-50	Não Informou
Amparo (34)	17,5	41%	21%	23%	6%	-	9%
Lagoa Grande (58)	26,0	9%	38%	35%	10%	5%	3%

Em relação a quantidade de leite produzida (Tabela 14) constatou-se que no assentamento Amparo, 65% produz de 10 a 30 litros de leite/dia e 26% produz de 30 a 70 litros de leite/dia. Já no assentamento Lagoa Grande, 33% produz de 10 a 30 litros de leite/dia e 38% produz de 30 a 70 litros de leite/dia, 16 % produz de 70 a 120 litros de leite/dia e 10% produz mais de 120 litros de leite/dia. Os

assentados que produzem mais de 120 litros/dia demonstram grande satisfação com relação à produção de leite.

TABELA 14 - Composição da produção diária de leite dos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/ MS.

Assentamento/ Nº. de propriedades Entrevistadas	Área Média (ha)	Produção litro/leite/dia				
		Entre 10 e 30	Entre 30 e 70	Entre 70 e 120	Mais de 120	Não Informou
Amparo (34)	17,5	65%	26%	-	-	9%
Lagoa Grande (58)	26,0	33%	38%	16%	10%	3%

Na Tabela 15 observa-se que o período que o proprietário já trabalhou na atividade de produção de leite, no assentamento Amparo, é de até 1 ano para 6% dos entrevistados, de 1 a 5 anos para 18% dos entrevistados e de 5 a 10 anos (64% dos entrevistados). Ainda constatou-se que o período no assentamento Lagoa Grande é de até 1 ano para 2% dos entrevistados, de 1 a 5 anos para 14% dos entrevistados e de 5 a 10 anos para 81% dos entrevistados. A grande maioria dos assentados, em ambos assentamentos praticam a atividade de produção de leite entre 5 a 10 anos. Desta forma, observou-se que a produção e principalmente a comercialização representa uma excelente alternativa de renda para os assentados, pois os mesmos já tem familiaridade com a atividade.

TABELA 15 – Período de produção de leite nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados / MS.

Assentamentos	Não Informou	Até 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Entre 5 a 10 anos
Amparo	12%	6%	18%	64%
Lagoa Grande	3%	2%	14%	81%

No assentamento Amparo (Tabela 16), 82% da produção de leite é destinada ao laticínio, 6% é para o consumo e 3% é destinada para a produção de queijo/doce. Já no assentamento Lagoa Grande 70% da produção de leite é

destinada ao laticínio, 14% é destinada ao consumo e 13% é destinada para produção de queijos e doces. Devido à dificuldade de escoamento da produção leiteira, pode-se verificar que grande parte dessa produção é destinada aos laticínios, pois os mesmos fazem à coleta do leite *in natura* no assentamento. Observa-se também que no assentamento Lagoa Grande os integrantes produzem o leite e fazem doces e queijos para vender, desta forma estão agregando mais valor a sua produção de leite.

TABELA 16 – Destino da produção de leite dos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados / MS.

Assentamentos	Não Informou	Consumo próprio	Queijo/ Doce	Laticínio
Amparo	9%	6%	3%	82%
Lagoa Grande	3%	14%	13%	70%

Em relação à comercialização (Tabela 17) no assentamento Amparo, dos 34 integrantes entrevistados, 25 responderam que não encontram dificuldades para comercializar a produção leiteira e 24 integrantes responderam que não encontram dificuldades com relação ao escoamento da produção. Já no assentamento Lagoa Grande, dos 58 integrantes entrevistados, 28 responderam que não encontram dificuldades para comercializar a produção leiteira e 45 integrantes responderam que não encontram dificuldades com relação ao escoamento da produção. Observa-se que os assentados não encontram dificuldades na comercialização e no escoamento devido ao fato já comentado anteriormente que na venda do leite, é o laticínio, que se encarrega de fazer o transporte do produto. A bovinocultura do leite é uma atividade que lhes possibilita o aproveitamento da mão-de-obra familiar.

TABELA 17 – Principais dificuldades para a produção leiteira nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/ MS.

Assentamentos	Comercialização		Escoamento		Total
	Sim	Não	Sim	Não	
Amparo	9	25	10	24	34
Lagoa Grande	30	28	8	45	58

O gado leiteiro existente nas propriedades é ordenhado, em sua maioria pela família dos assentados (Tabela 18). No assentamento Amparo, 12% desse serviço é realizado por terceiros, já no assentamento Lagoa Grande, 7% desse mesmo serviço é realizado por terceiros.

A atividade é preferencialmente familiar, indicando a necessidade de manutenção da família como principal instrumento de trabalho na propriedade, com um índice no assentamento Amparo de 85% e no Lagoa Grande 93% da família que faz a ordenha. Dessa forma, caracteriza redução de despesa na propriedade e geração de emprego e renda.

TABELA 18 – Responsável pela ordenha nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/ MS.

Assentamentos	Terceiros	Integrantes da família	Não informou
Amparo	12%	85%	3%
Lagoa Grande	7%	93%	-

Em se tratando da tecnologia utilizada na produção de leite, de acordo com a Tabela 19, constata-se que no assentamento Amparo 5% dos integrantes utilizam tratores, 3% adubo, 3% defensivos, 3% não utiliza nenhum tipo de tecnologia e 81% dos integrantes utilizam o resfriador de leite. Muito próximo a esses resultados também se encontra o assentamento Lagoa Grande, onde 7% utiliza tratores, 3% utiliza adubos, 3% utiliza defensivos, 3% não utiliza nenhum tipo de tecnologia e 84% utiliza resfriadores de leite. Tendo em vista que a maior parte das atividades está concentrada na produção de leite, a tecnologia mais utilizada em ambos os assentamentos é o resfriador de leite.

É importante ressaltar que a falta de utilização de tecnologia pode resultar em baixa produtividade. Solos pobres ou mal conservados indicam uma produção menor do que o potencial esperado e ocorre degradação das pastagens a longo prazo.

A utilização de resfriadores nos assentamentos é de grande importância, pois conserva o leite permitindo seu recolhimento a cada três dias, os resfriadores

são de propriedade do laticínio que compra o leite e portanto reduz os custos com frete.

TABELA 19 – Tecnologia utilizada na produção de leite nos assentamentos Amparo e Lagoa Grande no Município de Dourados/ MS.

Assentamentos	Adubo	Trator	Defensivos	Resfriadores	Nenhum
Amparo	3%	5%	3%	81%	3%
Lagoa Grande	3%	7%	3%	84%	3%

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos Amparo e Lagoa Grande são formados por uma população oriunda de diferentes locais, com costumes e tradições distintas, sendo que não possuem perfil de integrantes que tenham origens e costume de trabalhar com a terra, desta forma, enfrentando dificuldades para desenvolver a agricultura familiar e dar sustentabilidade para os assentamentos.

A participação da mulher dentro dos assentamentos é imprescindível na atividade produtiva. Observa-se que a sua participação é bastante expressiva, uma vez que essa atividade não é prioridade apenas para homens dos assentamentos. As mulheres além de trabalhar nas lidas domésticas ainda constituem força de trabalho cotidiano visando à exploração da terra através do seu trabalho ativo no lote.

Em ambos assentamentos os integrantes adquirem financiamento fornecido pelos órgãos governamentais e aplicam parte na compra de gado leiteiro, e parte utilizam para consumo próprio, caracterizando desvio dos recursos para outras atividades que não estejam diretamente relacionadas com a sustentação dos assentamentos.

A atividade leiteira está em destaque nos assentamentos, constituindo a principal exploração agropecuária. Atividades estas que são desenvolvidas pelos membros da família, além de produzirem queijos e doces caseiros que são confeccionados pela mão-de-obra feminina, e comercializados nas cidades mais próximas. Dessa forma, agregando valor a produção de leite.

Um outro fator complicador é a falta de estrutura para comercialização e escoamento da produção, visto que, até o momento o escoamento da produção de leite é feita pelos laticínios, por falta de outras alternativas que possam ser utilizadas pelos assentados.

Os assentados recebem incentivos governamentais, tais como o “bolsa família”, mesmo após dez anos de implantação dos assentamentos, desta forma, ficando subentendido uma certa comodidade e dependência dos assentados.

Contudo, se não houvessem esses incentivos, os mesmos seriam forçados a aumentar suas produções, garantindo sua sustentabilidade e qualidade de vida para os seus familiares, vindo de encontro ao principal objetivo da reforma agrária.

Porém, existem ainda alguns integrantes dos assentamentos que distribuem seus recursos financeiros de tal maneira que o seu lote seja considerado “modelo”, é o caso do sítio da Gaúcha, como é conhecida uma das propriedades exemplares do assentamento Lagoa Grande. Pois segundo a proprietária, ela contrai financiamento e aplica somente em benefício do lote, onde existe uma fatura das produções vegetais e animais, com mais de 30 tipos de hortaliças e frutas, além da produção de leite em grande quantidade, muito acima da média do assentamento.

Entretanto, os assentamentos são considerados produtivos, mas depende muito de trabalho e também da distribuição dos recursos financeiros oferecidos pelos órgãos governamentais.

6.CONCLUSÕES

No assentamento Amparo e Lagoa Grande a grande maioria dos integrantes são oriundos de Dourados-MS, da zona urbana e não da zona rural, ou seja, sem vínculo direto com a terra;

Uma pequena parte dos recursos obtidos pelos financiamentos fornecidos pelos órgãos governamentais é utilizada para aquisição de gado leiteiro;

A principal atividade de subsistência das famílias assentadas é a bovinocultura de leite;

Referente à renda obtida na propriedade constatou-se que existe uma composição através de prestação de serviços, aposentadoria e comercialização de leite;

Existem outras fontes de renda que não são oriundas da propriedade, demonstrando que os assentamentos não conseguem dar sustentação para seus integrantes;

As criações e produções agropecuárias têm como finalidade a alimentação das famílias assentadas e o excedente é comercializado para integrar a renda dos assentados.

Evidencia-se que mesmo após dez anos de implantação dos assentamentos, as famílias ainda dependem de programas sociais para subsistência, indicando falhas do modelo de reforma agrária adotado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas HUCITEC:, 1992. p. 2.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998. p.117-119.

AZEVEDO, E. **A maioria no campo vive abaixo da linha da pobreza** O Estado de São Paulo, Geral, A17, Novembro 2007.

BARRACLOUGH, S. Questão e Reforma Agrária nos Anos 80. N 99. **Tempo Brasileiro**, n.99, p.23-29. 1992.

BOGO, A. **Lições da luta pela terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999. 16p.

CARMO, R. B. A. **A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira**, São Paulo: ed. Texto, 2000. p.5.

CERVO, A. L. E BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. McGraw-Hill do Brasil, São Paulo: 1976.

EVENSON, R. Revolução Verde na Experiência Recente de Desenvolvimento. In: ARAUJO, P.F.C.; SCHUH, R. **Desenvolvimento da agricultura: análise de política e economia**. São Paulo: Pioneira, 2003. p.256-258.

FAO/INCRA **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1998, p.29-33.

FERNANDES, O. **A questão agrária no Brasil**. Belo Horizonte: SINPRO, 1997. 72p.

FERREIRA, L.P. **Curso de Direito Agrário: de acordo com a Lei n.º 8.629/93**. São Paulo: Saraiva. 1995. p 6.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de Estatística**. São Paulo: ed. Atlas, 1993. p 2.

GIANSANTI, R. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atual, 1998. p.15.

GOMES, S. T. **Diagnóstico e perspectiva da produção de leite no Brasil**. São Paulo Ed ESBC, , 1999. p.35.

GRAZIANO, F. **Breve história da reforma agrária**. Campinas: Editora UNICAMP, 2006. p.25.

GUANZIROLI C.E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p.9.

GUANZIROLI, C. E. **Novo retrato da agricultura familiar: Brasil redescoberto**. Brasília: Atlas, 2000. p.17.

HOFFMANN, R. **A Estrutura Agrária Brasileira**. Piracicaba: USP, 2000.P.2.

IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 05 de Dezembro 2007.

INCRA: **Recadastramento Nacional de Imóveis Rurais**. Brasília, DF, 2007. Disponível em <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 11 de julho 2007.

LOUREIRO, M. R. **Cooperativismo e capitalismo na Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995. p.9.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo – novos estudos sobre exclusão pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.p.7.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. P24.

MICHELS, I. L, **Estudo das Cadeias Produtivas de Mato Grosso do Sul**. 5 Leite. Campo Grande: Universidade federal de Mato Grosso do Sul, 2003. p.6.

MOREIRA, D. A. **Analfabetismo funcional**, 2000. Disponível on-line em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br> >.Acesso em 14/11/07.

NUNES, L. M. **Proposta pedagógica para capacitação em gestão das famílias dos assentamentos PAM e PANA em Nova Alvorada do Sul – MS**. 2003. Dissertação. UNIDERP. p. 11.

OLIVEIRA, A. U. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p.5.

OLIVEIRA, P.C. **A reforma agrária leva a miséria ao campo e à cidade**. São Paulo:. Vera Cruz. 1996. P36.

PESSOA , J. de M. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 2002.p.18.

PROBLEMAS BRASILEIROS: **A revolução agrária**. n. 323. p.4-5, 1997. (agricultura)

ROMEIRO, A .R. **Revista Reforma Agrária**, Campinas v.21, n.1, p.4-22, 2005.

SCHNEIDER, S. **Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais**. In: Anais do I Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza-CE, 16 a 19 de novembro 2003. p. 23.

STÉDILE, J. P. **A crise na agricultura brasileira**. 19 jun. 2006. Biblioteca – Entrevistas. 2006 jun 16. Disponível em <<http://mst.org.br>>. Acesso em 15 agosto 2007.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família – racionalidade produtiva**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.3.

TEIXEIRA, E. C. Política de Garantia de Renda. In: SANTOS, M. L. E VIEIRA, W. C. (Editores). **A agricultura na virada do milênio: velhos e novos desafios**. Viçosa, 2000. p.97-99.

VEIGA, J. E. **O que é Reforma Agrária**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1981. p.3.

VOLLET, C. **Sustentabilidade do Balneário Salto de Cassilândia – MS**. Mestrado em Meio Ambiente Desenvolvimento Regional. Campo Grande-MS, 2006. Dissertação UNIDERP. p. 24.

WANDERLEY, M. de N. B. **O lugar dos rurais: estudo sobre a ruralidade no Brasil Moderno**. Recife: EDIUPF. 1999. p.23.



UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DA REGIÃO DO PANTANAL

Programa de Pós-Graduação em Produção e Gestão Agroindustrial

ANEXO A

1 - De que região (ou Estado) o senhor vem? O que fazia antes de ser assentado (morava na cidade ou campo e por quanto tempo)?

2 - Sexo

- Masculino
 Feminino

3 - Idade

- até 21
 22 a 29
 30 a 39
 40 a 49
 50 a mais

4 - Escolaridade

- Nenhuma escolaridade.
 Ensino Fundamental: de 1ª a 4ª série.
 Ensino Fundamental: de 5ª a 8ª série.
 Ensino Médio.
 Superior

5 - Quantos membros da família moram na propriedade?

- Nenhum.
 Um ou dois.
 Três ou quatro.
 Cinco ou seis.
 Mais do que seis

6 - Quanto tempo ficou acampado?

- De 0 a um mês
 De um a três meses
 De três a seis meses
 De seis meses a um ano
 De um ano a dois anos
 De dois anos a três anos
 De três anos a quatro anos

7 - Recebe algum tipo de assistência técnica rural?

8 - Participa de alguma cooperativa ou entidade de classe?

9 - Teve ou tem acesso a financiamento (s) rural(s)? Quantas vezes? Foi adequado?

- Desconhece se existe linha de financiamento para sua atividade.
 Não
 Sim

10 - Existem incentivos por parte do governo federal, Estadual e Municipal?

- Cesta básica
 Bolsa escola
 Vale gás
 Bolsa família

11 - Qual é a atividade de subsistência da família? Onde vende (comercializa) sua produção?

- Soja
 Horta
 Mandioca
 Gado de corte
 Milho
 Gado Leiteiro
 Outros _____

12 - Existe outra fonte de renda que não seja oriunda da propriedade? Se a resposta for sim qual?

- Prestação de serviço
 Aposentadoria
 Comércio
 Nenhuma

13 - Quanto tempo trabalha com a produção leiteira?

- 1 ano
 entre 1 ano e cinco anos
 mais de cinco anos
 de cinco a dez anos

14 - Quantas vacas leiteiras têm na propriedade?

- De 1 a 10
- De 10 a 20
- De 20 a 30
- De 30 a 40
- De 40 a 50

15 - Quem é a pessoa responsável pela ordenha

- Membros da família
- Funcionários
- Terceiros

16 - Qual a produção diária de leite na propriedade?

- Entre 10 litros a 30 litros/dia
- Entre 30 litros a 70 litros/dia
- Entre 70 litros a 120 litros
- Mais de cento e vinte

17 - Qual o destino da produção de leite?

- Para consumo próprio
- Consumo próprio e venda
- Para produção de queijos/doces e derivados
- Comercializado para a vizinhança
- Comercializado para laticínio

18 - Utiliza alguma tecnologia na propriedade para ajudar na produção, tais como trator, roçadeira, adubo, herbicidas, fungicidas, resfriador de leite, etc.

19 - Quais as principais dificuldades referente a produção pecuária?

- Comercializar no centro comercial mais próximo
- Escoamento da produção (veículo para transporte)
- Acesso a informações gerais (agronômicas)

20 - Quais são suas criações de subsistência de origem animal?

Vende ou troca parte da produção?

Onde? _____

- Caprinos
- Suínos
- Eqüinos
- Piscicultura
- Bovinos
- Aves

21 - Produz algum alimento vegetal para subsistência?

- Hortaliças
- Frutas
- Legumes
- Nenhuma

22 - Qual é a faixa de renda mensal das pessoas que moram na sua casa obtida através da propriedade? Referência do valor do salário mínimo em maio/2007 R\$ 350,00

- De 0 a 0,5 salário mínimo
- De 0,5 a 1,0 salário mínimo
- De 1,0 a 2,0 salários mínimos
- De 2,0 a 3,0 salário mínimos
- De 3,0 a 4,0 salários mínimos
- De 4,0 a 5,0 salários mínimos